

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - AMBULATORIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES "OLAVO SILVA SOUZA" - AME ITU - CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM".

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. Joao Amorim" - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME ITU											
Demonstrações Financeiras											
Balço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)					Demonstração do Resultado dos Períodos Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)						
Ativo	Notas	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2021	2020	Notas	2021	2020	
Ativo Circulante				Passivo Circulante				Receitas Líquidas	15	9.290.592,57	9.501.013,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.374.130,22	1.556.313,87	Fornecedores		74.820,91	414.236,36	Contrato de Gestão nº 2416901/2019	16	9.279.180,00	9.451.012,45
Adiantamentos a Empregados	5	19.967,65	3.850,73	Obrigações Trabalhistas	10	189.944,98	169.396,41	Realização de Bens Públicos em nosso poder		41.165,96	60.325,41
Impostos Recuperáveis		-	783,67	Obrigações Sociais e Fiscais	11	111.092,62	94.644,35	(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado (3.977,80)		-	(10.324,80)
Outros Créditos	6	1.198,00	1.198,00	Contas a Pagar		3.715,81	2.396,00	(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(25.775,49)	-
Estoques	7	93.339,41	83.476,86	Provisões para Férias e Encargos	12	270.002,47	267.196,67	Custos		(8.677.322,33)	(8.597.729,53)
Despesas Antecipadas		5.477,39	5.948,03	Passivo Não Circulante				Pessoal e Reflexos	18	(3.585.323,25)	(3.379.212,94)
		1.494.112,67	1.651.571,16	Provisões para Contingências	13	28.941,91	140.933,09	Serviços Terceirizados	19	(4.583.596,01)	(4.801.215,89)
Ativo Não Circulante				Bens Públicos em nosso poder	14	77.103,46	114.291,52	Medicamentos e Materiais de Consumo	20	(508.403,07)	(417.300,70)
Imobilizado	8	74.223,46	110.331,52	Patrimônio Líquido				(-) Custo da Isenção Usufruída	25	(779.397,50)	(683.867,97)
Intangível	9	2.880,00	3.960,00	Patrimônio Social		562.768,28	-	Isenção Usufruída	25	779.397,50	683.867,97
		77.103,46	114.291,52	Dotação Inicial		-	(135.703,56)	(=) Resultado Bruto		613.270,24	903.283,53
Total do Ativo		1.571.216,13	1.765.862,68	Superávit do Exercício		252.825,69	698.471,84	Despesas		(501.862,37)	(248.282,14)
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.571.216,13	1.765.862,68	Impostos, Taxas e Contribuições		(3.465,00)	(1.628,41)
								Despesas Gerais	21	(498.397,37)	(246.653,73)
								Outras Receitas Operacionais		91.093,09	41.116,88
								Receitas com Doações		-	16,64
								Outras Receitas		91.093,09	41.100,24
								(=) Resultado Antes das Recursos/		202.500,96	696.118,27
								Despesas Financeiras		202.500,96	696.118,27
								Resultado Financeiro	17	50.324,73	2.353,57
								Receitas Financeiras		73.039,60	8.719,14
								Despesas Financeiras		(22.714,87)	(6.365,57)
								Superávit do Exercício		252.825,69	698.471,84
								Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Períodos			
								Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (em Reais)			
								Atividades Operacionais		2021	2020
								Superávit / (Déficit) do Exercício		252.825,69	698.471,84
								Dotação Inicial		-	(135.703,56)
								(Aumento) Redução do Ativo			
								Adiantamentos a Empregados		(16.116,92)	(3.850,73)
								Impostos Recuperáveis		783,67	(783,67)
								Outros Créditos		-	(1.198,00)
								Estoques		(9.862,55)	(83.476,86)
								Despesas Antecipadas		470,64	(5.948,03)
								Aumento (Redução) do Passivo			
								Fornecedores		(339.415,45)	414.236,36
								Obrigações Trabalhistas		21.314,13	169.396,41
								Obrigações Sociais e Fiscais		16.448,27	94.644,35
								Provisões para Férias e Encargos		2.805,80	267.196,67
								Provisão para Contingências		(111.991,18)	140.933,09
								Outras Obrigações		554,25	2.396,00
								Caixa Líquido Gerado		(182.183,65)	1.556.313,87
								nas Atividades Operacionais		(182.183,65)	1.556.313,87
								Atividades de Investimento			
								Aquisição de Imobilizado/Intangível			
								Pertencente a Gestão Pública		(3.977,90)	(10.324,80)
								Caixa Líquido Consumido		(3.977,90)	(10.324,80)
								nas Atividades de Investimento		(3.977,90)	(10.324,80)
								Atividades de Financiamento			
								Recebimento de Numerário			
								para Aquisição de Imobilizado		3.977,90	10.324,80
								Caixa Líquido Consumido		3.977,90	10.324,80
								nas Atividades de Financiamento		3.977,90	10.324,80
								Varição Líquida nas Disponibilidades		(182.183,65)	1.556.313,87
								Caixa e Equivalentes de Caixa			
								Disponibilidades no Início do Exercício		1.556.313,87	-
								Disponibilidades no Final do Exercício		1.374.130,22	1.556.313,87
								Varição Líquida nas Disponibilidades		(182.183,65)	1.556.313,87
								12. Provisões para Férias e Encargos:		2021	2020
								Provisão para Férias		250.189,36	247.418,35
								Provisão para FGTS sobre Férias		19.813,11	19.778,32
										270.002,47	267.196,67
								13. Provisões para Contingências		2021	2020
								Provisões para Contingências Trabalhistas		28.941,91	140.933,09
										28.941,91	140.933,09
								A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes para esta filial, instituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As provisões foram constituídas com base em opinião dos consultores jurídicos da entidade quanto à possibilidade de perda dos processos, considerando inclusive, quando for o caso, os valores dos depósitos judiciais já efetuados, e não são esperadas perdas no encerramento desses processos, além dos valores já provisionados. A entidade adota mecanismos de avaliação dos valores indicados pelos seus consultores jurídicos.			
								14. Bens Públicos em Nosso Poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 114.291,52 em 2020 e, o montante de R\$ 77.103,46 em 2021, refere-se aos valores recebidos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao estado quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.			
								Descrição da Contrapartida		2021	2020
								Bens Públicos em Nosso Poder		77.103,46	114.291,52
								15. Receitas Operacionais Líquidas: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de abatimentos, glosas e descontos. A adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente não afetou o reconhecimento inicial, mensuração e apresentação das receitas, que já estavam consistentes com os novos requerimentos. Basicamente, esta norma determina que as receitas sejam reconhecidas quando o cliente obtém o controle do bem ou serviço. Nesse sentido, nas atividades de saúde, dentre elas, hospitalar, gestão e promoção em saúde, sejam próprias ou públicas, a receita estava anteriormente reconhecida no momento em que o paciente recebia o serviço.			
								16. Receita com Contrato de Gestão			
								Contrato de Gestão nº 2416901/2019		2021	2020
								Janeiro		773.265,00	-
								Fevereiro		773.265,00	859.182,95
								Março		773.265,00	859.182,95
								Abril		773.265,00	859.182,95
								Mai		773.265,00	859.182,95
								Junho		773.265,00	859.182,95
								Julho		773.265,00	859.182,95
								Agosto		773.265,00	859.182,95
								Setembro		773.265,00	859.182,95
								Outubro		773.265,00	859.182,95
								Novembro		773.265,00	859.182,95
								Dezembro		773.265,00	859.182,95
										9.279.180,00	9.451.012,45
								17. Receitas e Despesas Financeiras:		2021	2020
								Rendimentos de Aplicações Financeiras		72.239,76	8.705,76
								Descontos Obtidos		799,84	13,38
								(-) Tarifas Bancárias		(60,00)	(3.974,70)
								(-) Impostos sobre Aplicações Financeiras		(21.910,05)	(1.878,96)
								(-) IOF		(744,82)	(511,91)
										50.324,73	2.353,57
								18. Pessoal e Reflexos:		2021	2020
								Ordenados		2.147.110,02	1.903.706,18
								13º Salários		217.494,90	216.185,73
								Auxílio Enfermidade		3.430,23	-
								Férias (incluída provisão anterior ao contrato de gestão)		298.726,13	479.451,67
								Gratificações		19.144,79	-
								Indenizações e Avisos Prévios		27.659,88	29.822,72
								Insalubridade		151.131,18	137.684,83
								Horas Extras 2020		1.634,62	-
								DSR		210,55	-
								Benefícios		422.845,89	358.278,64
								Contribuições ao FGTS		295.935,06	254.083,17
										3.585.323,25	3.379.212,94

continua

▶ continuação 19. Serviços Terceirizados:		
	2021	2020
Serviços Médicos - Pessoas Jurídicas	3.483.353,48	3.727.593,13
Serviços Diversos - Pessoas Jurídicas	1.100.242,53	1.073.622,76
	4.583.596,01	4.801.215,89
20. Medicamentos e Materiais de Consumo:		
	2021	2020
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	196.233,85	164.547,63
Materiais de Consumo	228.211,82	195.258,71
Materiais de Conservação	63.397,04	29.915,89
Outros Materiais e Insumos	20.560,36	27.578,47
	508.403,07	417.300,70
21. Despesas Gerais:		
	2021	2020
Telefone	97.544,94	83.551,42
Internet	47.027,09	33.852,24
Gás de Cozinha	1.555,00	-
Aluguéis de Equipamentos e Aparelhos	92.163,55	56.331,48
Administrativas	208.223,85	2.824,41
Amortizações e Depreciações	41.165,96	60.325,41
Plantas e Jardinagem	186,00	-
Seguros	10.530,98	9.768,77
	498.397,37	246.653,73

22. Coberturas De Seguros: A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. **23. Atendimento à Legislação das Entidades de Fins Filantrópicos:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela legislação e demais regulamentações vigentes na área em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis

e financeiras, submetidas ao parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **24. Certificado Beneficente De Assistência Social (Cebas):** O CEJAM, através da Portaria nº 352, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 09 de abril de 2021, edição 66, seção 1, página 184, em consideração ao Parecer Técnico nº 243/2021-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.196436/2015-19/MS, possui o **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) renovado, com validade pelo período de 30 de novembro de 2015 a 29 de novembro de 2018.** Em 04 de novembro de 2021, através da Portaria nº 1.094, publicada no Diário Oficial da União, edição 210, seção 1, página 133, em consideração ao Parecer Técnico nº 720/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.191938/2018-98, foi concedida à entidade a renovação do CEBAS, com validade pelo período de **30 de novembro de 2018 a 29 de novembro de 2021.** Em cumprimento à legislação e demais regulamentações vigentes, tempestivamente, em 16 de novembro de 2021 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde através do Requerimento de Renovação do CEBAS SIPAR nº 25000.167752/2021-13, estando o mesmo em processo de análise junto ao órgão competente. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a entidade alcançada pelo disposto no §2º, do art. 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que: "§2º - A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado." A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária. **25. Isenções Previdenciárias (Quota**

Patronal): A entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 foi de R\$ 779.397,50 e do ano de 2020 foi de R\$ 683.867,97 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2021	2020
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(779.397,50)	(683.867,97)
(-) Custo da Isenção Usufruída	779.397,50	683.867,97
Isenção Usufruída	0,00	0,00

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.167752/2021-13. **26. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal):** **Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como o calculado sobre a folha de salários. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento do COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Itu (SP), 31 de dezembro de 2021.

Kariny Quinelatto Sacramento - Diretora Técnica

Cristine M. Otani Mecelis - Contadora CRC nº 1SP240011/O-8

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim - Ambulatório Médico de Especialidades Olavo Silva Souza - AME ITU, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 01 de abril de 2022. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP - 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS "S" - SP- 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04.**

Relatório - Gestão em Saúde - Relatório - Contratado X Realizado - Unidade: AME ITU - Período: De 01 até 12/2021

Consultas Médicas	1º Sem/2021		2º Sem/2021		Total 2021		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	11052	8114	11052	8973	22104	17087	-22,7
Interconsultas	1200	1251	1200	1282	2400	2533	5,54
Consultas Subseqüentes	12708	13740	12708	13010	25416	26750	5,25
Total	24960	23105	24960	23265	49920	46370	-7,11
Consultas Não Médicas / Procedimentos Terapêuticos Não Médicos	1º Sem/2021		2º Sem/2021		Total 2021		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Consultas Não Médicas	4200	3904	4200	4101	8400	8005	-4,7
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	1800	2178	1800	2679	3600	4857	34,92
Total	6000	6082	6000	6780	12000	12862	7,18

Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)	1º Sem/2021		2º Sem/2021		Total 2021		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais CMA	180	215	180	225	360	440	22,22
Total	180	215	180	225	360	440	22,22
Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)	1º Sem/2021		2º Sem/2021		Total 2021		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Cirurgias ambulatoriais cma	1482	1400	1482	1468	2964	2868	-3,24
Total	1482	1400	1482	1468	2964	2868	-3,24
SADT Externo	1º Sem/2021		2º Sem/2021		Total 2021		
	Cont.	Real.	Cont.	Real.	Cont.	Real.	%
Diagnóstico por Radiologia	1200	1208	1200	1166	2400	2374	-1,08
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	3000	2786	3000	2836	6000	5622	-6,3
Métodos Diagnósticos em Especialidades	1800	1636	1800	1713	3600	3349	-6,97
Total	6000	5630	6000	5715	12000	11345	-5,46



Sua conexão com o futuro.